



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

SECRETARIA: Secretaria da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por .

EMENTA: Policiais mortos. Dados não compilados. Inexigência de trabalhos adicionais. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 207/2017

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar, número SIC em epígrafe, para acesso a dados sobre policiais militares mortos dentro e fora de serviço, discriminando-se dados pessoais, qualificações e registros funcionais, entre outros.
2. Em resposta, o ente enviou as informações que detinha, com a quantidade de policiais mortos, esclarecendo ter deixado de atender à parte das solicitações, por não dispor dos dados compilados e por não poder compartilhar as que possuem caráter pessoal, mantendo a resposta em decisão recursal. Inconformado, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em contato mantido pela Ouvidoria Geral com a Polícia Militar, informou-se que o restante das informações pretendidas inexistente nos bancos de dados da PM, e seu atendimento dependeria de trabalhos adicionais desarrastados à corporação, por envolver 23 quesitos diferentes relativos a mais de 2600 pessoas. Foram envidados esforços na tentativa de obtenção de informações adicionais às fornecidas, para o pleno atendimento da demanda, sem êxito em face da inexistência dos dados.
4. Ressalte-se que a Lei n. 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente enviou as informações contidas no seu banco de dados, e esclareceu sobre a inexistência dos demais dados almejados, demonstrando que as informações pretendidas gerariam trabalhos adicionais inexigíveis.
5. Realmente, a Lei visa à disponibilização de informações já existentes e custodiadas pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação ou serviço de produção ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação, sendo suficiente a entrega das informações detidas no formato em que se encontrem (art. 11, §6º da Lei), sendo esse o caminho devidamente percorrido pelo ente recorrido.

6. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, entendimento reconhecido por esta Ouvidoria Geral e igualmente esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”
7. Assim, tendo a Polícia Militar enviado todos os dados disponíveis, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 25 de setembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO